

É necessário impor limites

** Paula Viana*

O caso da menina de nove anos de Alagoinha (PE), que realizou aborto após ter sido estuprada pelo padrasto e engravidado de gêmeos, revela a situação de vulnerabilidade social enorme a que estão expostas meninas e adolescentes. Os números sobre violência sexual contra esse grupo são assustadores: somente em Pernambuco existem hoje 270 meninas ameaçadas por violência – geralmente por familiares – vivendo sob proteção do Estado. O episódio revela também a vulnerabilidade das instituições públicas frente ao poder fundamentalista da Igreja Católica, um dogma que não é seguido por todos mas que pretende valer mais do que a vida de uma menina. Estamos falando de uma Igreja que quer ter poder de Estado, e até mesmo retirar direitos já conquistados. Isto tem se traduzido o tempo todo no Congresso Nacional, através dos Projetos de Lei e do constrangimento e da criminalização das mulheres que optam por não levar uma gravidez a termo. O caso das quase dez mil mulheres indiciadas em Mato Grosso do Sul ilustra bem isso, uma vez que quem estava por trás de tal processo – sabe-se – eram parlamentares da bancada religiosa.

Em se tratando da interrupção da gravidez, outro agravante é a precariedade da rede pública de saúde. Em Pernambuco, não há rede hospitalar no interior do estado que garanta este serviço. As mulheres que precisam deste tipo de atendimento têm que ir até a capital. Em Petrolina, segunda maior cidade do estado, embora não exista a normatização do atendimento ao aborto, a visita de religiosos às unidades hospitalares é rotineira. A precariedade na Saúde não se limita ao Nordeste do país. Muitas das mulheres indiciadas em Mato Grosso procuraram a clandestinidade devido à inexistência de serviços de atendimento na rede de saúde para casos previstos em lei. Quantas mulheres passam por isso pelo Brasil a fora?

Casos como o desta menina acontecem todos os dias. Em Pernambuco, 10.860 meninas pariram nos hospitais públicos entre os anos de 2000 e 2006. Quantas delas engravidaram por violência sexual e, mesmo tendo direito à interrupção da gravidez, não tiveram acesso a este serviço? A grande repercussão em torno deste caso se deve ao

fato de a situação da menor ter chamado a atenção de uma funcionária do Instituto Médico Legal (IML), por se tratar de uma menina de apenas 9 anos, e ter chegado ao conhecimento da imprensa.

Mesmo sob os olhos atentos da mídia e da população, ainda assim a Igreja não se sentiu intimidada e interveio junto à Superintendência do Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (Imip), serviço cadastrado no Ministério da Saúde para realização a interrupção legal da gestação, que negou o atendimento sob o argumento de que havia discordância de opiniões entre o pai e a mãe da menina. O procedimento foi realizado então, no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), cuja equipe, compromissada com a saúde e a vida da menina, prestou adequado atendimento.

O problema é que a vulnerabilidade do setor da saúde frente à Igreja coloca em risco a vida das mulheres. Uma equipe de saúde não poderia jamais se sentir constrangida como aconteceu com os profissionais do Imip. Não fosse a imprensa, a menina poderia estar em risco. Ela estava na 15ª semana, mas o tamanho de seu útero era equivalente à 20ª semana, devido ao seu tamanho – 1m33 e 36k. Com essa estrutura física, não tinha como levar a gravidez termo. Havia o risco de uma ruptura uterina.

A Igreja que fale com seu rebanho, mas que não interfira nas políticas públicas que já são tão precárias. O episódio causou uma comoção social, mas muitas vezes o movimento de mulheres fica sozinho em sua luta – cabe à categoria médica se mobilizar e não permitir essa interferência religiosa para se avançar na garantia dos direitos humanos das mulheres. Cabe à Febrasgo e ao Conselho Federal de Medicina terem um posicionamento firme e que imponham limites a isso.

Apenas esta semana três projetos de lei contrários à prática do aborto chegaram à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal. O PL 831/07, de autoria do deputado Odair Cunha (PT/MG), exige que os hospitais municipais, estaduais e federais implantem um programa de orientação à gestante sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto, mesmo quando este for autorizado judicialmente. Neste caso, a intenção é constranger a mulher que pretende recorrer ao abortamento legal.

Outro Projeto de Lei (PL 2504/07), de autoria do deputado Walter Brito Neto, propõe a obrigatoriedade do cadastramento da gestante no momento da constatação da gravidez. Um terceiro PL propõe a retirada do Código Penal dos dois permissivos já existentes – aborto em caso de estupro e risco de morte à mulher. Isto sem falar no bolsa-estupro e na CPI do aborto.

Em mais um 8 de março, devemos ter em mente que ainda há muito a ser feito até que a sociedade seja mais igualitária e justa – este episódio revelou que a vida de uma menina não vale nada perante o poder da Igreja. Trata-se de um caso emblemático da misoginia existente na sociedade e perpetrada pela Igreja. Não tivemos motivos para comemorar, mas o caso trouxe a possibilidade de o mundo inteiro se posicionar. Há uma ameaça clara à democracia e à laicidade. Nesse caso, as pessoas perceberam melhor essa ameaça.

** Paula Viana é enfermeira e membro da coordenação do grupo Curumim, organização feminista e antiracista fundada em 1989 que tem o objetivo de fortalecer a cidadania das mulheres, através da promoção dos direitos humanos; da saúde integral; dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, sob a perspectiva da igualdade étnico-racial e de gênero.*